

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

Conceição Aparecida Silva

**ESCOLA INTEGRADA ÀS LUTAS DA COMUNIDADE**

Belo Horizonte

2019

Conceição Aparecida Silva

## **ESCOLA INTEGRADA ÀS LUTAS DA COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Processos de Aprendizagem e Ensino na Educação Básica, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Denise Araújo

Belo Horizonte

2019

S586e  
TCC

Silva, Conceição Aparecida, 1969-  
Escola integrada às lutas da comunidade [manuscrito] /  
Conceição Aparecida Silva. - Belo Horizonte, 2019.  
74 f. : enc, il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de  
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Denise Alves de Araújo.

Bibliografia: f. 41-43.

Anexos: f. 47-74.

Apêndices: f. 44-46.

1. Educação. 2. Comunidade e escola. 3. Educação --  
Participação dos pais. 4. Pais e professores. 5. Professores e  
alunos.

I. Título. II. Araújo, Denise Alves de, 1973-. III. Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.103

**Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Curso de Especialização em Formação de Educadores para  
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEXCENTÉSIMO DÉCIMO SÉTIMO TRABALHO FINAL DO CURSO DE  
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “**Escola integrada às lutas da comunidade**”, do(a) aluno(a) **Conceição Aparecida Silva**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Denise Alves Araújo (orientador) e Suellen Guimarães Alves. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) CS  
Conceição Aparecida Silva

Registro na UFMG: 2018748828

Denise Alves de Araújo  
Professor(a) Orientador(a)

Suellen Guimarães Alves  
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha  
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização  
Em Formação de Educadores para Educação Básica

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela sustentação e suporte permanentes, ao meu marido, João Batista e às minhas filhas, Letícia e Ludmila, por compreenderem minha ausência, à professora Denise Araújo, pela orientação segura, aos professores do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, pelos conhecimentos transmitidos e pelo estímulo à permanente reflexão de nossa prática, aos colegas de curso e de lutas, pela troca de experiências; especialmente à Ione, Juliana, Maria Elisa e Soraia, que se tornaram amigas queridas, à direção e coordenação da Escola Municipal Professor Pedro Guerra, pela colaboração, aos estudantes do 6º ano, parceiros nessa caminhada, à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por oferecer essa valiosa oportunidade de formação.

## RESUMO

O Plano de Ação “Escola integrada às lutas da comunidade” surgiu a partir da constatação de que há um distanciamento entre a Escola Municipal Professor Pedro Guerra e a comunidade, de que o laço outrora fecundo entre ambas foi rompido. Além disso, firma-se na crença de que uma escola, para ser significativa, para afetar seus estudantes, precisa ir além de seus próprios muros, precisa estar presente na vida da comunidade, caminhar com ela. Assim, o plano de trabalho desenvolvido tinha como objetivos principais contribuir para a reaproximação entre a escola e a comunidade e retomar a participação nos seus processos de reivindicações por melhoria das condições de vida na comunidade. Para tanto, propôs-se a mobilização dos estudantes do 6º ano, para reivindicar junto à prefeitura municipal de Belo Horizonte a reforma e revitalização de um antigo espaço de lazer do bairro, o CAC (Centro de Apoio Comunitário Venda Nova). Os estudantes foram convidados a desenvolver várias ações, cuja meta final foi a elaboração de uma proposta de reforma e revitalização do CAC. O percurso percorrido até a elaboração do ofício-proposta entregue ao prefeito municipal Alexandre Kalil, envolveu os estudantes em atividades que buscavam resgatar a história do CAC na comunidade. A reflexão sobre o conceito de lazer, políticas públicas e políticas públicas de lazer se impuseram no processo de trabalho, assim como a noção do lazer como direito social e o papel da intersetorialidade no desenvolvimento e implantação das políticas públicas. No que tange ao conceito de lazer e às políticas públicas de lazer, a obra de Marcellino (2006), deu suporte à pesquisa. As discussões sobre políticas públicas e políticas públicas de lazer e o direito social ao lazer feitas por Menicucci (2006) aprofundaram a reflexão sobre o tema. Já o conceito de intersetorialidade foi tomado de Warschauer e Carvalho (2014). A análise da trajetória percorrida revela que os estudantes puderam perceber que o conteúdo escolar não é estático, que a história não se encerra no passado, que o dia a dia, a vida real é fonte da história e que a escola também é dinâmica e pode caminhar junto à comunidade, alinhando-se às suas lutas e conquistas. Desponta-se ainda como resultado, a constatação da importância de se discutir com profundidade a questão da intersetorialidade para promover a eficiência e a qualidade nos serviços públicos.

**Palavras-chave:** Relação escola/comunidade; Cidadania; Lazer; Políticas públicas, Intersetorialidade.

## LISTA DE ILUSTRÇÕES

<b>Quadro I</b> – Tipos de Centro Social Urbano - CSU .....	15
<b>Quadro II</b> – Tipos de CSU, conforme população .....	18
<b>Quadro III</b> – O conceito de lazer para alguns estudantes do 6ºano da EMPPG.....	27
<b>Quadro IV</b> – Ofício-proposta redigido pelos estudantes do 6º ano da EMPPG .....	36

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2. O CAMPO DE PESQUISA</b> .....	10
<b>2.1 O grupo de trabalho</b> .....	10
<b>2.2 A escola e a comunidade</b> .....	10
<b>2.3 CAC – Centro de Apoio Comunitário</b> .....	14
<i>2.3.1 O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos em Minas Gerais</i> .....	17
<i>2.3.2 O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos no contexto do modelo econômico da doutrina da segurança nacional</i> .....	22
<b>2.4 As vicissitudes do conceito de lazer</b> .....	24
<b>3. EDUCAÇÃO E CIDADANIA</b> .....	29
<b>4. O LAZER COMO DIREITO SOCIAL</b> .....	31
<b>5. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO</b> .....	34
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	41
<b>APÊNDICE: NOTAS BIOGRÁFICAS</b> .....	44
<b>ANEXO I: ROTEIROS DE ENTREVISTA SOBRE O CAC</b> .....	47
<b>ANEXO II: O CAC EM 2008</b> .....	55
<b>ANEXO III: ENTREVISTA COM A Sr.<sup>a</sup> RAQUEL DE ALENCAR</b> .....	57
<b>ANEXO IV: O CONCEITO DE LAZER</b> .....	58
<b>ANEXO V: PROPOSTAS DE OFÍCIOS PARA O PREFEITO DE BELO HORIZONTE</b> .....	65
<b>ANEXO VI: REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO OFÍCIO FINAL PARA O PREFEITO</b> .....	71
<b>ANEXO VII: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO</b> .....	72
<b>ANEXO VIII: O ENCONTRO COM O PREFEITO MUNICIPAL ALEXANDRE KALIL</b> .....	76

## 1. INTRODUÇÃO

“Escola integrada é aquela capaz de “entrar na circulação do espírito cultural da comunidade, partindo e participando de suas experiências”<sup>1</sup>

A proposta de intervenção aqui apresentada traz como pressuposto básico a crença de que uma escola, para ser significativa para os estudantes, precisa andar junto com sua comunidade, não apenas estar lá, mas ser parte, integrar-se a ela.

A Escola Municipal Professor Pedro Guerra carrega uma história de engajamento, de presença na comunidade onde está inserida. Desde a sua inauguração em 1980 e, principalmente a partir de 1993, com a implementação do Orçamento Participativo (OP<sup>2</sup>) e do OP Educação, destacou-se como uma liderança junto à comunidade. Através da parceria com lideranças comunitárias da região de Venda Nova, contribuiu para a conquista de várias intervenções do poder público na região, conforme as necessidades e interesses da comunidade.

Apesar dessa história de vínculo com a comunidade e suas lutas, a escola, hoje com 1285 estudantes (distribuídos em 252 no ciclo da infância, 335 no ciclo da puberdade, 573 no ciclo da adolescência e 125 na EJA (Educação de Jovens e adultos) enfrenta o desafio de reconstruir uma relação de parceria com as famílias por ela atendidas. Ao longo do tempo a imagem da escola foi se deteriorando e, de uma escola de qualidade, alinhada aos interesses e às necessidades da comunidade, ela passou a ser vista como lugar de bagunça. Assim, muitas famílias veem com preocupação o encaminhamento de seus filhos para lá. Durante a primeira reunião de pais, em 2019, alguns afirmaram se surpreender com a organização da escola, posto que haviam sido alertados para não matricularem seus filhos na escola em função de sua má fama.

A proposta de intervenção aqui apresentada teve como ponto de partida a constatação de uma fragilidade nos vínculos, outrora fecundos, entre a escola e a comunidade, bem como a crença na concepção de que a escola integrada é aquela

<sup>1</sup> Fragmento extraído de: SEVERINO, Antônio Joaquim. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. 10<sup>ª</sup> ed. Campinas: Papirus, 2003, p. 12.

<sup>2</sup> OP – Orçamento Participativo – Experiência de gestão democrática implantada na cidade de Belo Horizonte, a partir de 1993. Nesse ano, os moradores foram chamados para participar e escolher as obras mais importantes a serem realizadas, era o começo do Orçamento Participativo.

capaz de “entrar na circulação do espírito cultural da comunidade, partindo e participando de suas experiências.” (MARCELLINO, 2003, p.12).

Ancorando-se nessa crença, propôs-se a organização dos estudantes do 6º ano<sup>3</sup> para reivindicar junto à prefeitura a reforma e revitalização do CAC (Centro de Apoio Comunitário Venda Nova), antigo Centro Social Urbano. Criado com a finalidade de promover a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer<sup>4</sup>, o Centro Social Urbano compunha com as unidades escolares, um dos raros equipamentos públicos destinados à vivência cultural e de lazer na região. Entretanto, desde os anos iniciais da segunda década dos anos 2000, o espaço foi fechado e abandonado pelo poder público.

Apesar de contar com três praças, sendo uma delas planejada para a prática de skate, a região dos bairros atendidos pela escola tem nos estabelecimentos de ensino sua única opção para o desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer, uma vez que a insegurança e o medo da violência que acompanham o tráfico de drogas desestimulam os encontros sociais nas praças.

Por meio dessa proposta de intervenção, buscou-se estimular o protagonismo dos estudantes do 6º ano, a interação com as questões de interesse da comunidade em que vivem, bem como a reflexão sobre a importância do lazer no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Para tanto, o trabalho partiu da pesquisa histórica acerca do Centro de Apoio Comunitário (CAC), sua importância para a população local, tendo como finalidade a elaboração de uma proposta de reforma e revitalização do espaço.

O aprofundamento da percepção da relação entre presente, passado e futuro emerge como possibilidade a partir dessa experiência, assim como a contribuição para a construção da identidade cidadã entre os estudantes, buscando a percepção de que todos nós somos sujeitos históricos corresponsáveis pelo espaço da cidade.

Destaca-se ainda que a proposta de intervenção tomou como referência legal, o art. 205 da C.F. (Constituição Federal), segundo o qual a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania,

<sup>3</sup> O trabalho foi desenvolvido com o 6º ano por compor o meu grupo de trabalho em 2019.

<sup>4</sup> Finalidade descrita no art. 1º do decreto nº 75.922, de 1º de julho de 1975.

bem como o art. 227, que evoca o direito, de modo prioritário, que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **lazer**<sup>5</sup>, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária [...] <sup>6</sup>.

Outro elemento norteador dessa proposta de trabalho é a regulamentação dos direitos da criança e do adolescente que se corporifica no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste documento, elencam-se os artigos, 4º, 16 (parágrafos IV e VI) e o art. 59. O art. 4º reafirma o disposto no art. 227 da C.F. No art. 16, parágrafo IV, afirma-se o direito da criança e do adolescente de brincar, praticar esporte e divertir-se; e, no parágrafo VI, seu direito à participação na vida política [...]. Já o art. 59, prevê que os municípios, com o apoio dos estados e da União, estimulem e facilitem a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude<sup>7</sup>.

Nesse sentido, a reconstrução dos vínculos comunitários da escola, para além de contribuir para o sucesso escolar de seus educandos, caracteriza-se como meio de recuperação de sua imagem junto à comunidade.

<sup>5</sup> A palavra lazer foi grafada em negrito para destacar sua relevância na discussão central dessa proposta de intervenção.

<sup>6</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 27ª edição, 2018.

<sup>7</sup> ROSSATO, Luciano Alves et al. Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. 2 ed. 2011.

## **2. O CAMPO DE PESQUISA**

### **2.1 O grupo de trabalho**

O plano de ação foi desenvolvido com um grupo de cinco turmas de 6º ano do Ensino Fundamental. O total de estudantes envolvidos somou 137. Desses, 70 eram do sexo feminino e 67 do sexo masculino.

Os (as) estudantes são domiciliados em três bairros principalmente: Piratininga, com 54 estudantes, perfazendo 39,4% do total. O bairro Mantiqueira aparece em segundo plano, com 41 estudantes, isto é, 29,92% do total. E, em terceiro lugar, aparece o bairro Jardim Leblon, com 20 (vinte) estudantes, 15,3% do total. O restante aparece diluído em 15 locais distintos.

Outro dado relevante é a escola de origem. São basicamente três escolas: Cônego Raimundo Trindade, que enviou 53, 42,7% do total, situada no bairro Piratininga; a escola Elisa Buzelin, com 38 estudantes, 30,6 % do total, também situada no bairro a escola Moises Kalil, situada no bairro Mantiqueira, com uma participação menor, 23 estudantes, 18,5% do total.

A faixa etária dos estudantes varia de 11 a 15 anos, sendo que 56,9% têm doze anos, 37,22%, onze anos; 4,37% têm treze anos, 1,4%, quinze anos e menos de 1% tem quatorze anos<sup>8</sup>. Ressalta-se que, com poucas exceções, a maioria apresenta as habilidades e competências esperadas para a idade e ciclo de formação.

### **2.2 A escola e a comunidade**

Afastada da região central de Belo Horizonte, Venda Nova apresentava, em 2010, conforme CENSO IBGE<sup>9</sup>, uma população de 262.183 habitantes. Economicamente, tem no comércio e na prestação de serviços seu traço característico. O rendimento mensal médio, segundo dados da Secretaria de Regulação Urbana, gira em torno de dois salários mínimos.

<sup>8</sup> Os dados foram retirados da pasta pessoal dos estudantes.

<sup>9</sup> Informações retirada do site: <https://prefeitura.pbh.gov.br/venda-nova>

A violência é outro componente desse cenário. O bairro Mantiqueira, onde se localiza a escola, apresenta uma elevada taxa de homicídio: 32,9 por 100 mil habitantes.<sup>10</sup> Ressalta-se que a Vila Mantiqueira, comunidade encravada no interior do bairro, apresentou taxa de homicídio ainda maior: 93,76 para 100 mil habitantes, no mesmo período. O bairro Piratininga, local onde reside grande parte dos estudantes da escola, também apresenta taxa de homicídio elevada: 25,2 para 100 mil habitantes.

Mantiqueira e Piratininga são bairros conhecidos pelo tráfico de drogas, atividade que além de causar conflitos entre grupos rivais nas comunidades, adentra os muros da escola, deteriorando o clima escolar e, por consequência, a imagem da escola frente à comunidade.

Como região dormitório<sup>11</sup>, Venda Nova acolhe todos os dias milhares de trabalhadores que, ao final de uma extensa jornada de trabalho, retornam a seus lares para o descanso merecido e a recomposição de forças necessárias à manutenção de seu vigor laboral.

Se a partir da Revolução Industrial consolidou-se a sociedade capitalista, responsável pela mais devastadora relação de exploração do homem pelo homem jamais vista, é também a partir dos antagonismos inconciliáveis que se estabeleceram, entre capitalistas e operários, que estes se constituíram como classe<sup>12</sup>.

Foi no processo de construir-se como classe que os trabalhadores, no ambiente urbano-industrial que também se originava, à medida que transformavam a matéria-prima em mercadorias, transformavam-se a si mesmos e, nesse mecanismo de subjetivação, de uma simples peça na engrenagem industrial, se constituiu sujeito, se organizou, se sindicalizou, formou partido político e passou a expressar-

<sup>10</sup>- Dados relativos ao período de 2015-2017. Informações retiradas do site: <https://www.otempo.com.br/cidades/taxas-de-homicidio-em-bairros-de-bh-evidenciam-contrastes-1.2012766>

<sup>11</sup>- No Brasil, o termo cidade-dormitório costuma ser utilizado com uma carga pejorativa para os municípios que apresentam baixo nível de desenvolvimento econômico e social, precárias condições de assentamento e de vida para sua população e nítida dependência econômica de um polo regional. Ricardo Ojima et al., 2010.

<sup>12</sup>- Sobre os antagonismos entre capital e trabalho veja: Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, Karl Marx.

se, reivindicar visibilidade, espaço, lugar na cidade. Como na música do grupo musical Titãs:

A gente não quer só comida  
 A gente que comida  
 Diversão e arte  
 A gente não quer só comida

A gente que saída  
 Para qualquer parte [...]  
 (Titãs, 1987)

A música Comida, conclama à reflexão de que mais que o direito de ir e vir – sair para o trabalho antes do amanhecer e retornar após o pôr do sol – o trabalhador anseia liberdade, poder decidir sobre a própria vida e seus desejos. Já não se conforma com o destino que lhe tentavam impor: “o trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para viver e deve querer viver unicamente para isso.” (Marx, 2015, p. 396). É nesse contexto de constituição, de autoconstituição como sujeitos de direitos, que buscam se apropriar da pólis, que se inserem as reivindicações dos trabalhadores por espaços de lazer.

A relação entre o lazer e os espaços na cidade é discutida por Marcellino (2006) a partir de dois conceitos: o de equipamento e o de espaço. Ele afirma que, embora, muitas vezes, os dois conceitos sejam tratados como sinônimos, há uma outra interpretação representada por Santini (1993, *apud* Marcellino, 2006, p. 65.), que apresenta uma distinção entre eles. Nessa perspectiva, espaço é o suporte para os equipamentos. E os equipamentos são os objetos que organizam a atividade (Marcellino, 2006).

A partir de tal distinção, Marcellino (2006) assevera que se é possível lazer sem equipamento, mas não o é sem a existência de um espaço. Portanto, democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Assim, para que a possibilidade de lazer seja real, é necessário que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível (Marcellino, 2006).

Entretanto, apesar das reivindicações por espaços e equipamentos de lazer passarem a integrar as lutas dos trabalhadores, elas ainda não são prioritárias frente a demandas consideradas básicas como a educação, a saúde, a segurança, a habitação, etc.

Frente ao crescimento desordenado das cidades brasileiras, não houve preocupação com a garantia de uma ocupação planejada do solo, negligenciando-se a constituição de espaços públicos para a convivência social.

Desse modo, a falta de espaços de lazer, aliada à violência presente nas cidades, contribui para o enclausuramento das pessoas que usufruem seu tempo disponível em ambiente doméstico. Revela-se a individualização do lazer, ancorada nas possibilidades individuais eletrônicas, que contribuem para que as pessoas restrinjam-se ao lazer entretenimento, deixando de lado o lazer convivência social (Marcellino, 2006).

Marcellino reforça que novos espaços privados de lazer veem surgindo no espaço urbano. No entanto, salienta que a maioria da população não possui condições financeiras para desfrutar de espaços de lazer pagos (Marcellino, 2006).

Assim, cabe ao poder público garantir o direito constitucional ao lazer à população em geral. Para tanto, faz-se premente a criação de novos espaços e equipamentos, bem como a revitalização dos antigos. Conforme apregoa Marcellino:

Além da luta para a obtenção de novos espaços, é preciso tratar da conservação dos existentes. Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de espaços, destinando-os à sua própria função original, ou, com as adaptações necessárias, a outras finalidades. (Marcellino, 2006,p.78)

Marcellino afirma ainda que a atenção em Políticas Públicas com o lazer é necessária, mas não qualquer lazer. Ele defende que “cada vez mais precisamos do lazer que leve à convivencialidade [...] à qualidade de vida”. (Marcellino, 2006, p.70) Para isso, o espaço para o lazer é fundamental, bem como o envolvimento dos profissionais da área e da população nos processos de reorganização dos espaços e equipamentos já existentes e na construção de novos equipamentos. Assim, concorre-se tanto para garantir as qualidades técnicas necessárias e as especificidades da área, quanto à satisfação dos interesses culturais a serem satisfeitos e/ou superados, por meio da animação sociocultural e a manutenção dos vínculos com a cultura local.

A mobilização dos estudantes do 6º ano da Escola Pedro Guerra, para reivindicar a reforma e revitalização do CAC, insere-se na perspectiva apontada por Marcellino. Escola e comunidade reivindicam o direito à participação na definição de uma intervenção do poder público em seu território, reivindicam o direito de dizer o

que querem e como querem. Em ofício ao prefeito, os estudantes solicitam a reforma do CAC e afirmam ter propostas.

Nós, estudantes da escola Municipal Professor Pedro Guerra, queremos sua atenção para nossa comunidade [...] Solicitamos a reforma e reabertura do CAC. E temos propostas [...].<sup>13</sup>

A iniciativa desses (as) estudantes encontra ressonância na afirmação de Marcellino de que “no processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de sua construção”, reforma e revitalização, “é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão.” (Marcellino, 2006, p.79).

### **2.3 CAC – Centro de Apoio Comunitário**

O CAC (Centro de Apoio Comunitário) é herdeiro dos Centros Sociais Urbanos, que foram criados na década de 1970. Em 1º de julho de 1975, o então presidente Ernesto Geisel, cria, através do Decreto nº 75.922, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – CSU, que tinha por meta implantar 600 equipamentos públicos, de caráter comunitário, nas periferias dos grandes centros urbanos.

De acordo com o Decreto, os Centros Sociais Urbanos tinham por “finalidade, promover a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência social e assistência social e da recreação e lazer<sup>14</sup>”.

O programa previa alguns critérios para a implantação desses equipamentos, cuja prioridade era as áreas urbanas periféricas dos grandes centros urbanos, com predominância de populações de níveis de renda médio e inferior. Cita-se, ainda, as áreas onde se localizavam os grandes e médios conjuntos habitacionais (aqueles financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação - BNH), as quais deveriam prover área adequada para a implantação do Centro Social Urbano. Outra exigência era a concentração de estabelecimentos de ensino público e outros equipamentos de uso comunitário e, finalmente, afirmava-se que também teriam prioridade as áreas

<sup>13</sup>- Fragmento do ofício que os estudantes do 6º elaboraram para entregar ao prefeito municipal de Belo Horizonte.

<sup>14</sup>- Decreto nº 75.922, de 1º de julho de 1975.

utilizadas por associações desportivas ou recreativas, que pudessem integrar-se no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos.

O programa apresentava como perspectiva a implantação de 600 Centros Sociais Urbanos, distribuídos em todas as regiões do país, segundo os critérios de prioridade. Desenhava-se a construção de três tipos de equipamentos:

**Quadro I: Tipos de Centro Social Urbano - CSU<sup>15</sup>**

**O tipo C;** com área construída de 600 m<sup>2</sup>, com sala de aula, biblioteca, salão de atividades múltiplas, ala administrativa e instalações sanitárias, vestiário e quadras esportivas;

**O tipo B;** com área de 1200 m<sup>2</sup>, semelhante ao tipo C, ampliado com ateliês para atividades artísticas e profissionalizantes, gabinete odontológico e agência de emprego e atendimento previdenciário;

**O tipo A;** com área de 2400 m<sup>2</sup>, semelhante ao B, acrescido de unidade ambulatorial de saúde, creche e conjunto de piscinas.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2019).

Assim como na gestão, o programa previa o comprometimento financeiro da União, dos Estados e dos Municípios. Os recursos viriam de variadas fontes, as quais refletiriam a diversidade das ações propostas. Nelas, incluíam-se recursos dos Orçamentos da União, recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e recursos do Fundo Especial. Complementam os recursos próprios da arrecadação fiscal, financiamentos concedidos aos Estados e Municípios ou às outras entidades gestoras ou co-gestoras, em nível local, dos Centros Sociais Urbanos, pela Caixa Econômica Federal (através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAZ) e pelo Banco Nacional da Habitação.

Em estudo publicado em 1991, Borba<sup>16</sup> afirmou que cerca de 75% dos investimentos foi feito pela União, contra 25% dos Estados e Municípios; fato

<sup>15-</sup> Informações extraídas de Borba, 1990.

justificável pela estrutura de arrecadação fiscal do período. Desde a Constituição de 1967, o governo federal assumira as principais atribuições orçamentárias, inclusive a coleta de impostos. Borba (1991) problematiza a questão dos investimentos necessários à manutenção desse tipo de política pública. Ela afirma que no Brasil, não raro, são montados e executados programas similares sem que se faça uma previsão, não só dos custos de implantação, mas da manutenção e questiona “o quanto os equipamentos e os serviços gerados vão significar em termos de novos gastos para o setor público, a fim de mantê-los ativos.” (Borba, 1991, p.410)

Uma análise semelhante é feita pelo s.r. João Batista Viana<sup>17</sup>, em entrevista concedida no dia 5 de julho de 2019. O mesmo afirma que:

um eterno problema desses magníficos e bem intencionados projetos federais é que eles, via de regra, nascem verticalmente com recursos orçamentários federais para sua implantação, contudo sem dotação orçamentária a nível dos estados e dos municípios, que obrigatoriamente terão que arcar com o custeio e manutenção.(João Batista Viana, 2019)

A análise de Borba (1991) demonstra que houve um planejamento adequado quanto à implantação do programa, porém, o mesmo não ocorreu no que se refere ao seu custeio e manutenção. Ela chama a atenção para o fato de que esse costuma ser “ponto de estrangulamento em projetos desse tipo” (BORBA, 1991, p. 411).

Como resultado, estados e municípios que deveriam assumir o custeio dos CSUs “começaram a apresentar uma crônica dependência da esfera federal”. Este viu-se constrangido a repassar-lhes recursos para manutenção, “sob pena de ver a rede tornar-se inoperante.” (BORBA, 1991, p. 411,412).

Em consequência, desde a década de 1980, os recursos destinados ao programa sofreram redução até culminar com sua extinção em 1984, com a edição

---

<sup>16</sup> BORBA, Sheila Villanova. A produção de equipamentos urbanos como alternativa de Política social - O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. Ensaios FEE, Porto Alegre, (12) 2: 403 – 421, 1991.

<sup>17</sup> O sr. João Batista Viana é ex-professor e diretor da Escola Municipal Professor Pedro Guerra. Atuou como liderança comunitária na região de Venda Nova, exercendo protagonismo nos processos de participação da escola junto à comunidade no OP. Ele foi ainda Secretário de Políticas Sociais da Administração Regional de Venda Nova e Secretário Regional da Administração da Regional Venda Nova.

do Decreto nº 89.501, de 30 de março de 1984, durante o governo do Presidente João Figueiredo.

O decreto afirmava, no entanto, que os Ministérios e Órgãos Federais poderiam continuar participando suplementarmente, com recursos próprios, do custeio dos serviços prestados pelos Centros Sociais Urbanos<sup>18</sup>.

### *2.3.1 O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos em Minas Gerais*

Ainda em 1975, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais, através da Fundação João Pinheiro – Centro de Desenvolvimento Urbano, apresentou um esboço do Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos para o Estado, no período de 1975/1979.

Em consonância com as diretrizes nacionais, o Programa Estadual objetiva a implantação de equipamentos destinados ao desporto, à educação informal, à disseminação da cultura e à mobilização comunitária permanente para atuação nos campos da medicina preventiva, educação sanitária, previdência social, orientação para o trabalho, agenciamento de empregos e assistência social<sup>19</sup>.

Assim como no nível nacional foi criado um Grupo Executivo do Programa, foi criada em nível estadual uma equipe responsável por fazer o detalhamento do Programa. Essa equipe, submetida à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, tinha a característica de ser multisetorial e incluía urbanista, sociólogo, administrador, advogado, assistente social, economista, engenheiro e arquiteto.

A partir das diretrizes nacionais que apontaram como prioridade, pela ordem, a implantação dos CSU nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, as áreas nas quais se localizavam grandes e médios conjuntos habitacionais e as áreas que concentram equipamentos de ensino e uso comunitário, o Plano Estadual traçou como primeira prioridade a implantação na região metropolitana de Belo Horizonte.

Estudos sobre as carências em áreas de lazer e equipamentos de prestação

<sup>18</sup>- Decreto nº 89.501, de 30 de março de 1984, disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/40915-extingue-o-programa-nacional-de-centros-sociais-urbanos-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em 02 nov. 2019.

<sup>19</sup>- Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais – Fundação João Pinheiro: Centro de Desenvolvimento Urbano, Belo Horizonte, 1975.

de serviços comunitários na Região Metropolitana, embasaram a decisão da equipe mineira responsável por iniciar o Programa nessa região.

A definição acerca de qual modelo de Centro Social Urbano seria implantado, foi feita a partir de um índice de população a ser atendida:

**Quadro II:** tipos de CSU, conforme população.

CSU tipo C: abrangia áreas com 10.000 habitantes.

CSU tipo B: para áreas com 18.000 habitantes.

CSU tipo A: abrangia regiões com 32.000 habitantes.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2019)

O documento aponta que, ao se considerar todas as aglomerações urbanas com população superior a 10.000 habitantes, bem como a demanda potencial, seriam necessários 300 Centros Sociais Urbanos para o Estado, número equivalente a 50% do que se planejou para todo o país. Desses, 72 atenderiam a região Metropolitana e os demais, 224, se distribuiriam para as demais regiões do Estado. Embora ideal, o número era inviável. Ao todo, foram então implantados 182 CSUs, dos quais 40 se fixaram na Região Metropolitana e os 142 restantes foram distribuídos pelo Estado.<sup>20</sup>

Apesar desses apontamentos, definiu-se por atender às cidades com população superior a 24.000 habitantes, segundo censo de 1970, uma vez que os problemas e carências a serem equacionados pelo programa se apresentavam menos relevantes em cidades de pequeno porte.

A faixa de renda familiar compôs outra referência para a implantação dos CSUs. Tomou-se como zona prioritária aquela cuja população apresentasse renda familiar inferior a cinco salários mínimos. No que tange à Região Metropolitana de Belo Horizonte, pesquisas apontaram que cerca de 72% da população total se enquadraria nessa faixa de renda, enquanto para as demais cidades chegava a 80% da população total.

Independente desses critérios definiu-se iniciar sempre por Centros do tipo C, mais baratos e mais fáceis de implantar e operar. A implantação de Centros do tipo

<sup>20</sup>- Dados constam no Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos, 1975.

A ou B estaria sempre vinculada a uma experiência do tipo C. Por definição do governador Aureliano Chaves, os Centros Sociais Urbanos deveriam ser operados pela Secretaria de Trabalho e Ação Social em parceria com as comunidades organizadas.

É relevante observar que o programa aponta para a valorização da participação da comunidade quando afirma que:

as comunidades que contarem com estruturas de participação já consolidadas e (...) demonstrarem a necessidade de um Centro e sobretudo, a capacidade de organização e manutenção do mesmo, poderão ser incluídas no Programa, em detrimento de outras que não tenham sabido ou podido se organizar a tempo (Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos, 1975).

Apesar da proposta do Programa tanto em nível federal quanto estadual apontar para uma gestão descentralizada e participativa, Borba (1991) afirma que o programa instaurou um modelo de gestão altamente centralizado, no qual não se identificava mecanismos institucionalizados que assegurassem a participação da comunidade. Assim como:

não foram formuladas normas que garantissem a integração dos vários órgãos setoriais a nível de cada unidade, ficando esta atribuída, de certa forma, a uma capacidade própria do equipamento, pelo simples fato de reunir as várias atividades em um mesmo local. (Borba, 1991, p.409)

A autora aponta, ainda, que os limites de gestão, associados à grande demanda de recursos financeiros para o custeio e manutenção permanente dos Centros Sociais Urbanos, corroboraram para a falência do programa, o qual foi extinto em 1984.

A extinção do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos não significou o fechamento imediato dos Centros Sociais espalhado pelo país. Um exemplo é a cidade de Belo Horizonte onde, até o início da segunda década dos anos 2000, podia-se encontrar vários centros sociais ativos.

O Centro Social Urbano Venda Nova, objeto deste plano de trabalho, durante mais de três décadas compôs com as escolas e os postos de saúde o conjunto de equipamentos públicos que contribuíam para a melhoria da qualidade de vida na região.

Em 1989, cinco anos após a extinção do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, os Centros Sociais foram incorporados aos equipamentos públicos do Município de Belo Horizonte através da lei nº 5.562, de 31 de maio de 1989.

A lei n. 5.562 dispunha sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Conforme a estrutura organizacional proposta nessa lei, os Centros Sociais Urbanos integravam os equipamentos públicos da Secretaria Municipal de Ação Social, cuja finalidade era planejar e coordenar a execução de projetos, programas e atividades que visassem ao desenvolvimento social da comunidade e à adaptação ou reintegração do indivíduo à sociedade.

Dentre suas competências, destaca-se a direção de projetos, programas e atividades de bem-estar, voltadas à assistência ao menor carente e ao idoso.

Em 1992, uma nova lei alterou a estrutura organizacional da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a lei 6.105, de 18 de fevereiro. Essa lei modificou a nomenclatura da Secretaria Municipal de Ação Social, que passa a ser denominada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cuja finalidade também sofre alteração. Destaca-se como finalidade dessa secretaria, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento social através da garantia dos direitos sociais.

A lei também extinguiu os Centros Sociais Urbanos que, a partir de então, passaram a ser denominados de Centros de Apoio Comunitário – CAC – integrando o Departamento de Promoção Social da Secretaria.

O CAC Venda Nova apresentava-se, principalmente, como um espaço de lazer, na medida em que abrigava um clube comunitário com quadras esportivas, piscinas e *playground*, conforme nos informou a senhora Raquel Alencar,<sup>21</sup> em entrevista no dia seis de junho de 2019.

Na minha época era Centro Social Urbano, a gente usava para fazer educação física e nos finais de semana a gente usava o clube [...] [...] aqui na comunidade pra gente não tinha nenhuma área de lazer, então eu vinha sempre com eles, porque era a nossa diversão, né, era a única coisa que a gente tinha [...]. [...] eu gostava de vir para o clube, dava pra descansar, os meninos distraiam. [...] (Raquel Alencar, 2019)

<sup>21</sup>- Nome fictício para resguardar a identidade da entrevistada. Raquel Alencar é mãe de uma estudante do 6º ano e ex-aluna da escola.

Chama a atenção que a mesma estrutura administrativa comportava uma Secretaria de Esportes, cuja finalidade era coordenar a execução de programas, projetos e atividades relacionadas com esportes, recreação e lazer da população de Belo Horizonte. Ressalta-se que, dentre as suas competências está a promoção, em conjunto com as Administrações Regionais, de atividades esportivas, recreativas de educação física organizadas pela população dos bairros de interesse dela.

O confronto entre a relação que a comunidade estabelecia com o Centro Social Urbano e seu engajamento legal legitima análises segundo as quais “as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil caracterizam-se por serem [...] desenvolvidas em forma de assistência [...]” (BONALUME, 2011, p.3), longe do disposto na Constituição Federal de 1988, que assegura o lazer como um direito social. Conforme Bonalume:

poucas parecem ter sido as iniciativas do poder público no sentido de desenvolver, em sua totalidade, programas, projetos e ações, cujo objetivo central fosse garantir o acesso ao esporte e ao lazer, pautados como direitos sociais e focados no desenvolvimento humano. (BONALUME, 2011, p.3)

A análise desse equipamento público impõe uma reflexão acerca de seu potencial para promover a intersetorialidade<sup>22</sup>. Além de acolher a comunidade nos finais de semana, o CAC abria suas portas para as escolas do entorno, principalmente a Escola Municipal Professor Pedro Guerra, em função de sua proximidade<sup>23</sup>. Lá, os estudantes faziam educação física e participavam de atividades recreativas.

Impõe-se pensar a integração dos equipamentos públicos presentes em um território, com vistas a promover o desenvolvimento humano, bem como superar um modelo de Estado segmentado. Apesar de proclamada, a intersetorialidade permanece como objetivo a ser perseguido.

<sup>22</sup>- “[...] as ações intersetoriais têm se mostrado como uma estratégia importante na busca de novos modelos organizacionais e pode ser entendida como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de políticas, programas e projetos dirigidos a comunidades e a grupos populacionais específicos, num dado espaço geográfico, com o objetivo de atender as suas necessidades e expectativas de forma sinérgica e integral.” (JUNQUEIRA, R., 2000, JUNQUEIRA e col. 1997. Apud WARSCHAWER, 2014, p.193).

<sup>23</sup>- O CAC localiza-se em frente à Escola Municipal Professor Pedro Guerra.

### *2.3.2 O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos no contexto do modelo econômico da doutrina da segurança nacional*

O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos nasceu no bojo da política econômica que sustentou o Estado brasileiro após a tomada do poder pelos militares em 1964.

No governo do Presidente Castelo Branco foi criado o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica com a função de coordenar e aplicar o modelo econômico, facilitando o investimento estrangeiro e aumentando a taxa de acumulação de capital, (ALVES, 1989, p.74).

Com o objetivo de aumentar o poder do Brasil no cenário da geopolítica global, o governo militar apostou num modelo econômico concentrador de renda, que tem na ideia da Segurança Nacional um meio de atrair o investimento multinacional. Além de garantir a “paz social”, necessária para permitir a obtenção de altas taxas de acumulação de capital, possibilitando que o rápido crescimento econômico promovesse o desenvolvimento.

Nesse modelo de desenvolvimento econômico não há preocupação com o estabelecimento de prioridades para a rápida melhoria dos padrões de vida da maioria da população, mas “destina-se a aumentar o potencial do Brasil como potência mundial”, mesmo que para isso seja necessário, como enfatiza o manual da Escola Superior de Guerra – ESG<sup>24</sup>, o sacrifício de sucessivas gerações (ALVES, 1989, p.147).

Essa fórmula de desenvolvimento foi capaz de patrocinar um período de crescimento industrial no Brasil, entre os anos de 1968/1973. Durante esses anos, o país crescia acima de 10% ao ano, o que lhe valeu a denominação de “milagre econômico” brasileiro.

Segundo Alves (1989), o modelo econômico adotado pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento era “produtivista”. De acordo com essa ótica, “um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a ‘arrancada’ do desenvolvimento econômico” (ALVES, 1989, p.146).

<sup>24</sup> Manual da ESG apud Alves, 1989.

Tal modelo se opõe ao que os economistas do governo denominavam “distributivistas”, por sua preocupação com a distribuição da renda no processo de desenvolvimento. Conforme afirmava Antônio Delfim Netto<sup>25</sup>, Ministro da Fazenda, era necessário aumentar o tamanho do bolo. Assim, duas condições eram essenciais: um clima econômico que conquistasse a confiança dos investidores, principalmente os estrangeiros, e um cenário de estabilidade sociopolítica, ou seja, a ausência de conflitos (de oposição).

Em consonância com tais condições consideradas necessárias à arrancada do desenvolvimento, o governo criou uma legislação de controle das greves (meio de se garantir a paz social) e regulamentou os reajustes salariais, um dos pilares para se atrair os investidores estrangeiros.

Como resultado desse modelo de desenvolvimento econômico, o governo esperava fortalecer um mercado interno limitado, mas cada vez mais rico capaz de consumir os bens duráveis, desde carros a eletrodomésticos, assegurando as taxas de rápido crescimento industrial, conforme afirma Alves (1989). O resultado na vida do trabalhador foi a degradação de seu poder de compra, consequência do arroxo salarial imposto no período.

Conforme Alves (1989), “o milagre econômico brasileiro não só não aliviou os sérios problemas de pobreza e sofrimento extremos de privação dos mais elementares recursos na maioria da população, como sob muitos aspectos, agravou-os” (ALVES, 1989, p.156).

Os anos do “milagre econômico” chegaram ao fim, minando as bases de sustentação da legitimidade do governo. A partir de 1974, quando se iniciou um período de crise econômica, o governo passou a buscar novos mecanismos para obter apoio político e social. Desse modo, inaugurou-se a política da “distensão”, uma espécie de abertura com o objetivo de controlar a tensão sociopolítica.

Essa nova orientação política permitiu que o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, único partido de oposição permitido após a extinção das siglas existentes, em 1964, alcançasse protagonismo significativo nas eleições legislativas de 1974.

Nessas eleições, o MBD teve, então, pleno acesso à televisão e ao rádio e pode promover intensos debates durante o período de campanha.

<sup>25</sup> Antônio Delfim Netto foi Ministro da Fazenda durante os anos de 1969 e 1974.

Em seu discurso, o MDB deu ênfase às questões da repressão, da injustiça social promovida pelo modelo econômico e denunciaram a crescente desnacionalização da economia brasileira.

O discurso de oposição logrou sucesso entre o eleitorado, que lhe deu maioria nas urnas. Segundo Alves (1989), “as eleições foram em geral consideradas equivalentes a um plebiscito em que os eleitores votaram antes contra o governo do que na oposição” (ALVES, 1989, p. 189).

Este é o cenário político e econômico que se desenhara na época em que foram criados os Centros Sociais Urbanos. O governo precisava legitimar-se junto à população que desde 1964 vinha sofrendo com uma política econômica de arroxo salarial, mantida sob forte repressão política.

Era necessário manter a estabilidade sociopolítica a partir de novos parâmetros, já que o discurso do sucesso econômico perdera força com a crise econômica que se instalara.

A criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos como uma política social compensatória<sup>26</sup> buscava fazer com que a população carente dos grandes centros urbanos sentisse a presença do Estado. Finalmente o bolo seria repartido? Ainda não, o programa visava contribuir para amenizar o potencial conflitivo gerado pela miséria que atingia a massa de trabalhadores dos núcleos urbanos mais desenvolvidos, “onde se concentrava a população de baixos rendimentos – os bolsões de pobreza” (BORBA, 1991, p.407).

## **2.4 As vicissitudes do conceito de lazer**

“Lazer é brincar, praticar esportes, se divertir” (Luís Carlos, 2019).

No senso comum, a palavra lazer aparece, muitas vezes, como sinônimo de um conjunto de atividades, tais como: futebol (prática ou contemplação), pescaria,

<sup>26</sup> Segundo Wanderley Guilherme do Santos (1979), políticas compensatórias são medidas destinadas a remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação, diferente de políticas sociais strictu sensu, que seriam aquelas orientadas, pelo menos na intenção, para a redistribuição de renda e benefícios sociais. ( Apud Borba, 1991, p.408)

cinema, festas, etc., às quais os indivíduos se entregam de “livre vontade<sup>27</sup>”, no seu tempo livre ou tempo disponível.

Ainda que pareça natural, não há consenso quanto à definição do que é lazer. Existe na literatura uma multiplicidade de definições concernentes ao conceito de lazer. Ele tanto pode ser visto como um tempo disponível depois das ocupações, ou seja, um tempo livre do trabalho, quanto como tempo livre, no qual o indivíduo se entrega a atividades de livre vontade. Tais concepções nasceram no século XIX e expressaram as primeiras reflexões sobre esta esfera da atividade humana.

Um retorno ao passado põe em evidência as sociedades tradicionais, nas quais não havia uma separação rígida entre as várias esferas da vida humana. O espaço doméstico se confundia com o espaço da produção da sobrevivência, ambos ligados ao ciclo natural do tempo. Assim, um ciclo produtivo poderia culminar com uma festividade (portanto, uma atividade de lazer), a festa da colheita, por exemplo, que se configura não como ruptura, mas antes, como continuidade do processo produtivo.

Já nas sociedades modernas, marcadas pela industrialização e urbanização, o processo produtivo assume um caráter distinto e separado do ambiente doméstico. O que distingue essas duas temporalidades é que, nas sociedades urbano-industriais, não só o lazer surge como esfera diferenciada, mas, antes dele, o próprio trabalho se tornou especializado e fragmentado, separado em um determinado lugar (espaço) e durante um determinado tempo (medido e controlado). Se nas sociedades tradicionais os afazeres da vida cotidiana se confundiam com a produção, nas sociedades industriais, o trabalho não só separou-se, como ganhou visibilidade e centralidade na vida social. E é essa centralidade do trabalho na esfera da vida humana, a partir da Revolução Industrial, que conduz às primeiras reflexões acerca do conceito de lazer.

No final do século XIX, distingue-se a obra “O direito à preguiça”, de Paul Lafargue, genro de Marx, como uma das primeiras sistematizações que defende o lazer dos operários. No direito à preguiça, Lafargue discute o significado do trabalho no modo de produção capitalista e o considera como algo penoso. Ele defende a

<sup>27</sup> A expressão foi grafada entre aspas para indicar um questionamento: em uma sociedade marcada por uma cultura de massa, cujo papel da mídia é fundamental, os indivíduos, por vezes, têm seus desejos determinados por condicionantes sociais midiáticos que ditam padrões de comportamentos e fabricam desejos e necessidades.

redução das horas de trabalho, ao mesmo tempo em que afirma a prevalência do direito ao lazer, o qual considera mais importante que o direito ao trabalho. (Silva et al, 2011)

Assim como Lafargue, outros autores passaram a defender a primazia do lazer sobre o trabalho. Cita-se, por exemplo, Bertrand Russel que em seu “Elogio ao ócio”, de 1935, afirmou que a ascensão do trabalho como atividade central na vida humana foi uma construção histórica levada à cabo em função “da necessidade de manter os pobres aplacados” (RUSSEL, 2002, p.31) Entretanto, apesar de toda a dogmática do trabalho, ele afirma que os trabalhadores “encaram o trabalho como deve ser encarado, uma forma de ganhar a vida, e é do lazer que retiram, ai sim, a felicidade que a vida lhes permite desfrutar.” (RUSSEL, 2002, p. 31)

Russel (2002) afirma que, sem uma quantidade adequada de lazer, a pessoa fica privada de muitas coisas boas. E, conforme analisa:

os modernos métodos de produção tornaram possíveis que se reduza a jornada diária para quatro horas de trabalho, às quais deveriam ser suficientes para dar às pessoas o direito de satisfazer as necessidades básicas e os confortos elementares da vida, e que o resto de seu tempo deveria ser usado da maneira que lhes parecesse mais adequada.(RUSSEL, 2002, p.33)

No entanto, a ideia da extensão do lazer aos pobres “choca as pessoas abastadas, que estão convencidas de que os pobres não saberiam o que fazer com tanto lazer” (RUSSEL, 1935, p.30).

O elogio ao lazer como ideal de felicidade em oposição à mitificação do trabalho conduz a uma visão parcial do homem e enseja uma série de riscos “como as possibilidades de sua utilização como fuga, fonte de alienação e simples consumo.” (SILVA et al., 2011, p. 29). O lazer, como o trabalho “é um campo de atividade em estreita relação com as demais esferas de atuação do ser humano.” (SILVA et al, 2011, p.29) Ao mesmo tempo que influencia, ele é influenciado numa relação dinâmica.

Tereza Freire (2001) expressa de modo fecundo essa dificuldade de conceituação do lazer, segundo ela “o lazer revela-se como um fenômeno psicossocial difícil de enquadramento, em uma definição única, na medida em que se traduz por uma multiplicidade de atividades, significados, objetivos, ou consequências para os participantes.” (FREIRE, Teresa, 2001, 346)

O lazer pode ser, ao mesmo tempo, diversão, brincadeira, um tempo para encontros, para ficar à toa, enfim, pode ser o que se desejar, como expressam alguns estudantes do 6º ano em suas definições:

**Quadro III:** O conceito de lazer para alguns estudantes do 6ºano da EMPPG

Lazer é diversão, é algo que me deixa feliz. (Luís Carlos, 2019)
Lazer é brincar, sair pra se divertir um pouco.(Roberta Nascimento, 2019)
Lazer é uma coisa relaxante, jogar um esporte... (Renata Vieira, 2019)
Lazer é a gente descansar, se divertir e aproveitar a família. (Clara Helena, 2019)
Lazer é estar à toa. (Camila Freitas, 2019)
Lazer é ser feliz, com sua família e amigos, o seu tempo livre, etc.( Bernardo Antônio, 2019)
Lazer é ficar livre sem escola, é ficar com meu celular assistindo série. (Ygor Santana, 2019)
Lazer para mim é ter jogos e brincadeiras para ocupar no nosso dia a dia. (Yara Victória, 2019)
Lazer é me divertir no tempo livre. (Pedro Oliveira, 2019)
Lazer é quando as famílias se divertem, se reúnem. (Catarina Viana)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2019).

Seja o lazer considerado como tempo livre das obrigações, seja como uma “ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive (...)” (REQUIXA, apud SILVA et al, 2011, P.16) , na busca pelo prazer, a ideia da brincadeira, do lúdico, está presente, perpassando as definições de lazer. Marcellino (2003), na sua definição de lazer, evoca tal sentimento ao afirmar que com o lazer não se busca outra coisa, senão a satisfação provocada pela vivência.

Outro aspecto que chama a atenção nas definições de lazer expressas pelos estudantes do 6º ano é o convite à convivialidade, à reunião. O lazer aparece, na maioria das vezes, como algo a ser compartilhado, vivenciado junto, portanto, como atividade capaz de promover a sociabilidade.

Silva (2011) afirma que em geral as manifestações de lazer “são organizadas a partir de redes de sociabilidade em que se dão diferentes práticas sociais, gerando

possibilidades de encontro, compartilhamento de valores, sentidos e significados, portanto estando intimamente relacionadas à construção da identidade.” (p.167)

Na mesma perspectiva, Teresa Freire afirma que a socialização permite ao indivíduo o desenvolvimento das relações sociais, bem como a aprendizagem de padrões de relacionamento. E também que “o lazer pode traduzir-se numa oportunidade do indivíduo afirmar suas capacidades, os seus interesses e a sua maneira de ser e estar na vida, em relação aos outros e aos contextos” (FREIRE, Teresa, 2001, p. 347.).

### 3. EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A proposta de intervenção ora desenvolvida buscou envolver os estudantes do 6º ano no resgate de um espaço de lazer comunitário, cuja relevância social foi constatada através de pesquisas junto a seus familiares e membros da comunidade. Conforme nos informou a senhora Raquel Alencar, em entrevista no dia seis de junho de 2019, o CAC, antigo Centro Social Urbano, era o único espaço de lazer da comunidade. O desenvolvimento desse plano de ação tem como um de seus fundamentos contribuir para o desenvolvimento da cidadania.

O pressuposto da educação para a cidadania está presente tanto no art. 205 da CF, segundo o qual “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho,” quanto no art. 16, parágrafo VI do ECA, o qual assinala que participar da vida política compreende um dos aspectos do direito à liberdade.

É importante trazer para o debate a identidade com o conceito de educação exposto pelo ministro do STF, José Celso de Mello Filho para quem:

o conceito de educação é mais compreensivo e abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva a propiciar a formação necessária ao desenvolvimento de aptidões, das potencialidades do educando. O processo educacional tem por meta: a) qualificar o educando para o trabalho; e b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático. (MELLO FILHO, 1986, p. 533, apud MORAIS, p. 728, 2005).

Ressalta-se ainda que, segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes (2005), o conceito de educação presente na Constituição Federal de 1988 está em sintonia com aquele defendido pelo ministro Celso de Mello (MORAES, 2005, p.728).

Portanto, o resgate da história do CAC junto à comunidade, bem como a formulação de uma proposta para a reforma e reabertura do espaço, busca despertar nos estudantes o interesse pela vida comunitária. O incentivo à participação na vida política da cidade visa conferir sentido à ideia do exercício da cidadania.

Rossato (2011) em comentário ao art. 16, parágrafo VI do ECA, afirma que a participação da vida política é um exemplo de efetivo exercício da cidadania, o qual

deve ser garantido mesmo à criança, por meio de ações que proporcionem o início de uma consciência política. (ROSSATO et all , 2011, p. 137)

Lançar uma semente para o germinar de uma consciência política, para o desenvolvimento de uma identidade social que se perceba como corresponsável pelos rumos da sociedade, traduz uma das metas desse trabalho. Érika<sup>28</sup> esboça a ideia de uma responsabilidade pelos rumos da coletividade ao comentar sua participação no projeto:

Para mim e acredito para todas as meninas que participaram foi uma experiência incrível, pois foi uma coisa que não só beneficia a gente, mas sim outros também. Posso falar por mim que foi muito bom, pois aprendemos muitas coisas como, não devemos pensar na gente, mas para comunidade.

Assim como Cristiane que afirma:

Me senti privilegiada em estar diante do prefeito, mas com responsabilidade de estar em nome de todos e de ter que pensar no bem estar de toda comunidade e do Pedro Guerra. [...] fizemos como cidadãos querendo para a gente e a comunidade, para o lazer de todas as idades.

Roberta expressa o peso da responsabilidade em suas mãos:

Fiquei muito feliz e me conscientizei que era algo muito importante a ser feito, pois a comunidade necessitava dessa obra e estava em nossas mãos a missão de representa-la.

<sup>28</sup>- Nomes fictícios para preservar a identidade das estudantes. Relato das estudantes sobre sua participação no projeto. Veja texto completo nos Anexos.

#### 4. O LAZER COMO DIREITO SOCIAL

A Constituição Federal (CF) de 1988 é um marco no que diz respeito à efetivação do lazer como direito social no Brasil. Ela inaugura no ordenamento jurídico nacional e o reconhecimento do lazer como um direito.

Entretanto, diferente de outros direitos cuja legislação estabelece as regras para sua efetivação, o direito ao lazer não encontra regulamentação que defina princípios, diretrizes, objetivos e regras institucionais que orientem sua concretização.

A ausência de uma regulamentação do direito ao lazer impõe uma reflexão acerca da visão que se tem desse direito como complementar a outros, como o direito à educação e ao desporto, ambos regulamentados. É sintomático a afirmação presente no parágrafo 3º do art. 217 de que o lazer será incentivado como forma de promoção social. Alguns programas de assistência social promovidos pelo poder público, tendo como foco principal a oferta de atividades esportivas, culturais e de lazer revelam a visão do lazer ligado ao assistencialismo. São exemplos: o Programa Segundo Tempo, do governo Federal, que apresenta como princípios “a reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade, a oferta do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado (...)”<sup>29</sup>, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), voltado para :

jovens entre 15 e 24 anos, suas famílias e comunidades, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vista à melhoria da qualidade de vida e resgate da auto-estima. São previstas atividades específicas (...) como skate, hip hop, música, danças, grafiteagem (...). (Orientações para a implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade – 2009, 2010, 2011, p. 2 e 3)<sup>30</sup>

Tais iniciativas demonstram que o esporte e o lazer são tratados como possíveis vetores contributivos para a inclusão social. A construção de uma política pública de lazer passa, inicialmente, como defende Menicucci (2006), pela:

<sup>29</sup>- Extraído do site: ( [portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo](http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo))

<sup>30</sup>- Disponível em: [esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizes](http://esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizes)

construção política do sentido e significado do lazer na sociedade (...) Impõe-se a definição do lazer enquanto direito, lazer nele mesmo e não como parte de outras ações, como o esporte, (...), do lazer como necessidade social específica e não como subsidiário de outras necessidades, como promoção social, diminuição da violência,, combate ao uso de drogas, mesmo que possa contribuir com tudo isso. (MENICUCCI, 2006, p. 155).

Salienta-se que a construção de uma política pública de lazer deverá percorrer um processo de construção que envolve vários atores, como toda política pública.

Menicucci (2006), ao abordar a questão da constituição de uma política pública, demonstra que sua formação é fruto de escolhas, as quais envolvem um processo de mobilização de diferentes sujeitos sociais e governamentais, de cujo equilíbrio ou desequilíbrio de poder resultam as políticas públicas. Perceber essa dinâmica de disputas de propostas e projetos é fundamental para se compreender porque nem todos os problemas sociais entram na agenda governamental, alcançando o status de problema político. É necessário compreender que “as políticas públicas não são casualidades nem respondem a necessidades inelutáveis dos governos” (MENICUCCI, 2006, p. 143). Elas resultam de um processo político marcado pela “disputa entre atores com graus variados de recursos de diferentes ordens, sejam financeiros, técnicos, organizacionais ou políticos” (MENICUCCI, 2006, p. 145).

Portanto, não basta sua presença na legislação como um direito social, capaz de contribuir para o bem-estar ou a qualidade de vida; impõe-se percorrer o caminho da construção política do sentido e do significado do lazer na sociedade, processo que pressupõe a participação social, participação dos “usuários” em potencial dessas políticas, uma vez que as concepções de lazer envolvem valores, representações e sentidos atribuídos pelo conjunto de pessoas de um grupo ou sociedade a determinadas ações e atividades. É nessa perspectiva que Padilha (2004) adverte que os governantes, ao planejarem a construção das políticas públicas de lazer, como quaisquer outras, devem perceber que seu “público não é mero espectador, que ele deve ser visto como parte do processo, como coadjuvante das ações políticas” (PADILHA, 2004, p. 77).

Em sintonia com a concepção de Padilha (2004), a proposta de intervenção desenvolvida apresentou como foco central a mobilização dos estudantes do 6º ano

para formular um projeto de reforma e reabertura do CAC, um antigo espaço de lazer da comunidade, bem como sua apresentação ao prefeito da cidade.

Em ofício, os estudantes dirigiram-se ao prefeito municipal solicitando sua atenção para a comunidade e suas necessidades:

Nós, estudantes da Pedro Guerra, queremos a sua atenção para nossa comunidade. Não temos uma área de lazer na região, e a única que nos restava está em más condições. O CAC está sem utilidade e poderia ser reaberto, mas para isso precisa ser reformado. Precisamos de lazer e diversão, porque a vida não é só estudo e vídeo-game<sup>31</sup>.

Para além da reconquista do espaço público, objetivava-se contribuir para a percepção dos estudantes como sujeitos ativos na pólis, portanto, como cidadãos. Outro viés fundamental deste plano de ação consistiu na tentativa de reaproximar a escola das lutas da comunidade, retomando uma antiga parceria. Conforme afirma Severino “fazer a escola entrar na circulação do espírito cultural da comunidade, partindo e participando de suas experiências” (2003)<sup>32</sup>.

<sup>31</sup>- Trecho extraído de um dos ofícios elaborados para o prefeito de Belo Horizonte. Documento em anexo.

<sup>32</sup>- SEVERINO op. cit.

## 5. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

O plano de trabalho foi desenvolvido entre os meses de abril e outubro de 2019. No mês de abril a proposta foi apresentada aos estudantes do 6º ano da Escola Municipal Professor Pedro Guerra, os quais foram orientados a pesquisar junto às suas famílias sobre o CAC, a fim de se saber se eles o conheceram e o utilizaram. As turmas também elaboraram perguntas para orientar as entrevistas com os membros da comunidade que utilizaram o CAC.

No dia 6 de junho de 2019, a senhora Raquel Alencar, mãe de uma estudante e ex-aluna da escola, foi entrevistada por duas turmas. Ela retornou à escola no dia 25 do mesmo mês e ano para finalizar a entrevista com as três turmas restantes.

Na ocasião, ela relatou que frequentou o espaço entre os anos de 1995 e 2008. Ela utilizava durante a semana, quando a escola levava os estudantes para fazer educação física no CAC e, nos finais de semana, ia com a família para se divertir e encontrar os amigos.

Ela destacou a importância do CAC para a comunidade, pois, segundo ela, esse era o único espaço público de lazer da comunidade. Raquel nos informou que existem alguns espaços de lazer na comunidade, porém, são espaços privados, que não são acessíveis a todos, como o SESC e o Clube Topázio.

Durante a entrevista, três estudantes nos relataram que no CAC também funcionava uma creche, na qual eles passaram parte da infância. Um deles, inclusive, disse que por vezes até dormia na creche. Um dos estudantes afirmou também que na época em que ficava na creche o espaço já estava bastante descuidado, mas que o atendimento humano era muito bom.

A senhora Raquel destacou que o clube era bem simples, mas que era fundamental para aquela comunidade, que hoje se vê totalmente sem opção de lazer, uma vez que o CAC foi desativado.

Questionada pelos estudantes sobre os motivos que levaram ao fechamento do CAC, ela disse que não sabia, mas que acreditava que era por falta de interesse do poder público e da ausência de pressão da comunidade.

Nesse aspecto, a pesquisa nos revelou que a reforma e revitalização do CAC é uma antiga reivindicação da comunidade que, ao contrário da percepção da senhora Raquel, se mobilizou e conquistou através do OP a reforma e a revitalização do espaço. Entretanto, embora a obra conste em um relatório de

empreendimentos do orçamento participativo como em andamento, a mesma não foi realizada<sup>33</sup>.

Retoma-se aqui a análise de Menicucci (2006) acerca do jogo de forças que determinam a eleição de um problema social como uma política pública. Segundo a autora, sua formação é fruto de escolhas, as quais envolvem um processo de mobilização de diferentes sujeitos sociais e governamentais, de cujo equilíbrio ou desequilíbrio de poder resultam as políticas públicas.

Observa-se que, partir do segundo mandato, o prefeito Márcio Lacerda (entre os anos 2013-2016) esvazia a legitimidade do processo de escolha popular das obras prioritárias nas regionais, retomando a antiga prática de atender às demandas dos representantes legais da cidade, os vereadores. Assim, muitas obras conquistadas pela mobilização popular no processo legítimo do OP, nunca saíram do papel e, a exemplo da reforma e revitalização do CAC, continuam na agenda de reivindicações das comunidades.

Entre os dias 3 e 8 de julho de 2019, as turmas fizeram pesquisas acerca da importância do lazer no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como acessaram os artigos 205 e 227 da Constituição Federal e os artigos 4, 16 (parágrafos IV e V) e o 59 do ECA, que asseguram o lazer como um direito. Para a pesquisa foi utilizado o laboratório de informática da escola. Na sequência, os estudantes compartilharam suas descobertas.

Durante o mês de agosto foi construída a proposta de intervenção. A construção da proposta ocorreu em duas etapas. A primeira, em sala com a turma dividida em grupos. Cada grupo foi orientado a retomar a discussão sobre a importância do lazer no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além disso, discutiram o que é lazer e fizeram sugestões de espaços e atividades que eles julgam pertinentes e importantes para serem implantados no CAC. Num segundo momento, foi criada uma comissão com representantes das turmas para compartilhar o resultado das discussões e produções dos grupos e, elaborar a proposta final de reforma e revitalização do CAC.

<sup>33</sup>- No documento Empreendimentos do Orçamento Participativo, disponível na página da Prefeitura na web, a obra está listada entre os empreendimentos aprovados no OP 2009/2010, sob o nº 104 e o código 2315. Nesse documento a obra consta como em andamento. A página foi atualizada em 04/05/2018.

Dos encontros dessa comissão resultou um documento com as reflexões do grupo e a proposta que foi entregue ao prefeito municipal Alexandre Kalil:

**Quadro IV:** Ofício-proposta redigido pelos estudantes do 6º ano da EMPPG

Nós, estudantes da escola Municipal Professor Pedro Guerra, queremos sua atenção para nossa comunidade. Não temos uma área de lazer na região e a única que nos restava está em más condições. Falamos do CAC – Centro de Apoio Comunitário, que foi muito importante para o lazer e o desenvolvimento da comunidade.

O lazer e o esporte são fundamentais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, principalmente hoje em dia, pois as pessoas ficam mais no celular e menos em contato com quem está à sua volta.

Solicitamos a reforma e reabertura do CAC. E temos propostas para reabrir o CAC: ter mais segurança, mais limpeza e higiene, espaço verde, biblioteca, diferentes esportes, lanchonete, cursos para jovens e adultos, tais como dança, música, informática, língua estrangeira, culinária, crochê e outros. Também propomos ter um bazar comunitário em que a comunidade doe roupas, sapatos e outros (em bom estado) para as pessoas que necessitam e que o espaço seja utilizado durante a semana pela escola integrada. E tudo isso para os futuros frequentadores do CAC.

Desde já, agradecemos a atenção. (Ofício redigido por estudantes do 6º ano, 2019)

**Fonte:** Elaborada pela autora (2019)

É notável a concepção de lazer implícita no texto dos estudantes. Ela convoca as pessoas a aproximarem-se, a conviverem, na medida em que afirmam que o lazer e o esporte são fundamentais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes frente ao isolamento das pessoas diante do celular.

Retoma-se, aqui, a afirmação de Marcellino (2006) de que “no processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de sua construção, reforma e revitalização, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão” (MARCELLINO, 2006, p.79).

Dando continuidade ao trabalho, foi enviado e-mail ao gabinete do prefeito solicitando uma agenda para entrega do documento feito pelos estudantes. Enquanto se aguardava o retorno do gabinete do prefeito, a comissão responsável pela elaboração do documento final passou em todas as turmas da escola

informando sobre o trabalho desenvolvido e solicitando a assinatura dos colegas para acompanhar o ofício a ser entregue.

No dia 19 de setembro a secretária do prefeito contatou a escola e marcou a agenda para o dia 24 de setembro de 2019, às 12 horas e 30 minutos.

O prefeito municipal Alexandre Kalil recebeu um grupo de doze estudantes; ressalta-se, todas do sexo feminino, acompanhadas pela professora, a diretora e uma das coordenadoras da escola. Durante vinte minutos o prefeito buscou se informar do que se tratava a solicitação, sua importância para a comunidade e se comprometeu com o grupo. O prefeito afirmou que, a partir de então, o equipamento público seria transferido para a Secretaria Municipal de Educação, a qual se encarregará de executar a obra e devolver o espaço para a comunidade. Na oportunidade, o documento com as assinaturas foi entregue ao prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil. Em seguida, o grupo de estudantes que participou do encontro com o prefeito retornou aos colegas para informar o resultado das negociações.

Durante os momentos de retorno aos colegas sobre a negociação com o prefeito, é significativo observar que um número expressivo de estudante manifestou desconfiança em relação ao compromisso assumido pelo chefe do executivo municipal. Foram várias as expressões do tipo: “duvido que o Kalil vai fazer a reforma, vai esperando...”.

São manifestações que refletem a ideia de que político só faz promessa e não cumpre e, ademais, vive-se um momento singular na história política do país, quando a corrupção é colocada no centro dos debates, seja na TV, nas redes sociais, nas rodas de conversa informais, enfim, em todos os cantos do país.

Iniciou-se, então nova etapa no processo, o acompanhamento das movimentações do poder público para a execução da reforma e revitalização do CAC.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do plano de trabalho hora apresentado deve pautar-se por aquilo que o motivou. Portanto, um retorno à proposta do LASEB faz-se necessário. Quando em agosto de 2018, a Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a UFMG, abriu inscrições para a participação em um programa de pós-graduação voltado para a formação de professores do Ensino Básico, abriu-se a perspectiva para a movimentação, o abandono de uma situação de conforto, muitas vezes nada confortável que alimenta a rotina no interior das escolas.

O LASEB era a oportunidade para buscar respostas ou acrescentar incógnitas às muitas com as quais se convive todos os dias nas escolas. Há uma incessante busca de saídas para situações/realidades postas no cotidiano escolar, tais como a ausência da família, a indisciplina, ao estudante que não avança no processo de ensino e aprendizagem, aos conflitos internos que imobilizam a escola. Enfim, mais que uma zona de conforto, a escola se caracteriza como espaço de conflito, quiçá de confronto.

Frente a esse cenário, o LASEB surgiu como esperança, possibilidade de renovação, diria mesmo de renascimento. Renascimento do desejo de ensinar, de estar nesse lugar, de sentir-se capaz de fazê-lo.

A expectativa inicial revelou-se fecunda e, apesar de não trazer respostas, soluções para todos os problemas com os quais a escola convive, o LASEB anuncia a esperança, capacita para novas perguntas e para a construção das respostas, dos caminhos que se deseja percorrer.

O Plano de Ação “Escola integrada às lutas da comunidade” surgiu a partir da constatação de que há um distanciamento entre a escola e a comunidade, de que o laço que outrora havia entre ambas foi rompido. Além disso, firma-se na crença de que uma escola, para ser significativa, para afetar seus estudantes, precisa ir além de seus próprios muros, precisa estar presente na vida da comunidade, caminhar com ela.

Assim, o plano de trabalho desenvolvido tinha como objetivos principais contribuir para a reaproximação entre a escola e a comunidade e retomar a participação nos seus processos de reivindicações por melhoria das condições de vida na comunidade. Além disso, buscava-se contribuir com o processo de formação de uma identidade cidadã entre os estudantes.

Buscava-se ainda, atribuir sentido e significado às aulas de História, permitindo que afirmações, tais como: somos todos sujeitos históricos, todos fazemos história, alcançassem realidade na vida dos estudantes do 6º ano.

A expectativa era grande e o trabalho a ser feito também. Em abril, quando a proposta foi apresentada aos estudantes, esperava-se grande entusiasmo, afinal, propunha-se o resgate de um espaço de lazer que é tão escasso na comunidade. Parecia que isso bastaria para motiva-los.

Entretanto, ceticismo é a melhor palavra para qualificar a reação da maioria. Os estudantes expressaram uma descrença tanto na efetividade de que uma mobilização popular pudesse mover o governo, como no compromisso político dos governantes com as comunidades.

Diante dessa reação dos estudantes, houve um empenho na busca do resgate da história do CAC junto à comunidade, visando despertar neles o desejo de recuperar algo importante que lhes foi tirado e ainda propor algo novo, a partir de suas próprias vivências.

No processo de resgate histórico, os estudantes foram orientados a entrevistar seus familiares e vizinhos. Contou-se também com a colaboração de uma mãe, ex-aluna da escola que, sabatinada pelos alunos, expôs suas vivências no CAC.

Ao longo dos meses de abril e outubro, os estudantes foram “convidados” a participar de várias ações, que culminariam na formulação de uma proposta de reforma e revitalização do CAC a ser entregue ao prefeito da cidade.

É importante relatar que, ao longo do processo houve a adesão e o comprometimento de muitos estudantes, os quais inicialmente, mobilizados pela nota, passaram a militar pela retomada do CAC. No entanto, o oposto também ocorreu. Uma parcela do grupo continuou cética e sequer o apelo da nota os fez participar das ações relativas à proposta de trabalho.

Inicialmente, acreditava-se que muito se contribuiria para o engajamento cidadão, para a construção de uma consciência que possibilitasse um outro olhar sobre a cidade e o lugar de cada um frente à mesma, porém, a constatação de que se tratava de crianças recolocou as expectativas.

A análise da trajetória percorrida revela que os estudantes puderam perceber que o conteúdo escolar não é estático, que a História não se encerra no passado, que o nosso dia a dia, a vida real é fonte da História e que a escola também é

dinâmica e pode caminhar junto com a comunidade, alinhando-se às suas lutas e conquistas. Para alguns, particularmente aqueles e aquelas que se envolveram com mais profundidade no processo de trabalho, ficou a sensação de ter participado de algo maior, que ultrapassava o interesse individual, como relata a estudante a seguir: “(...) fiquei muito feliz e me conscientizei que era algo importante a ser feito, pois a comunidade necessitava dessa obra e estava em nossas mãos a missão de representa-la.” (Roberta, 2019).

O cumprimento do compromisso assumido pelo prefeito é fundamental para que essa experiência se inscreva na história desses e dessas estudantes, contribuindo para sua trajetória na conquista de uma identidade cidadã.

Finalizando, a realização dessa proposta de intervenção revelou uma dicotomia presente nas políticas públicas no Brasil, que tem frequentemente abortado iniciativas importantes no que concerne à melhoria da qualidade de vida no Brasil. A exemplo dos CSUs outras iniciativas governamentais são encerradas sem a participação ou mesmo avaliação de seu significado na vida dos usuários.

Opõem-se dois tipos de políticas: as políticas de governo, fugazes, e as políticas de estado, que tendem a ser perenes. A classificação de uma política pública como política de governo ou política de estado deve embasar-se não só no quão complexo é seu processo de elaboração e implantação, mas, principalmente, na qualidade e profundidade que sua implementação terá na vida daqueles a quem o Estado precisa oferecer respostas e, mais do que isso, garantir qualidade de vida.

Outro aspecto relevante da pesquisa diz respeito à percepção da importância de se debater com mais profundidade a questão da intersetorialidade. Assim como os humanos são seres complexos, cujas habilidades, necessidades e sentimentos demandam complicados arranjos individuais e sociais para garantir seu desenvolvimento, também as políticas públicas devem estar atentas, buscando se organizar enquanto rede, capaz de promover “a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos” (FEUERWERKER; COSTA, 2000 *apud* WARSCHAER; CARVALHO, 2014, p.193).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cláudio Gualberto de. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**: uma política pública analisada sob a perspectiva daqueles que a executam. Belo Horizonte, 2013. 82p. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Claudio%20Gualberto%20De%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ALVES, M<sup>a</sup> Helena M. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 5 ed. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 48-51, 74-79, 145-156.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Lei nº 6.105**. 18 de fevereiro de 1992. Altera a estrutura organizacional da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1992/610/6105/lei-ordinaria-n-6105-1992-altera-a-estrutura-organizacional-da-administracao-direta-da-prefeitura-municipal-de-belo-horizonte-prevista-na-lei-n-5562-de-31-de-maio-de-1989-e-alterada-pelas-leis-n-s-5638-de-18-de-dezembro-de-1989-5-904-de-05-de-junho-de-1991-5-946-de-18-de-julho-de-1991-e-5-951-de-25-de-julho-de-1991>. Acesso em: 15 out.2019.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Empreendimentos do Orçamento Participativo**. 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/orcamento-participativo/empreendimentos>>. Acesso em: 15 out.2019.

BELO HORIZONTE. **Bairros de Belo Horizonte**. Disponível em: <<https://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/bairros%20da%20regi%c3%a3o%20venda%20nova-/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Lei Ordinária 5.562**, de 31 de maio de 1989. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1989/557/5562/lei-ordinaria-n-5562-1989-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-da-administracao-direta-da-prefeitura-municipal-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias-1989-05-31-versao-original>>. Acesso em: 15 out. 2019.

BONALUME, Cláudia Regina. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, mar/2011.p. 1-26. Disponível em: <[file:///C:/Users/Master/Downloads/782-Texto%20do%20artigo-3424-1-10-20140619%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Master/Downloads/782-Texto%20do%20artigo-3424-1-10-20140619%20(2).pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

BORBA, Sheila Villanova. **A produção de equipamentos urbanos como alternativa de política social - O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos**. Ensaios FEE, Porto Alegre,(12) 2, p. 403-421, 1991. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/article/download>>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.27<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edipro, 2018. (Série Legislação).

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Esporte e Lazer da Cidade PELC – Orientações para implantação.** 2013. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/diretrizesPELCEdital2013.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 75.922, de 1º de julho de 1975. **Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – CSU.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75922-1-julho-1975-424462-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 89501**, de 30 de março de 1984. Extingue o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89501-30-marco-1984-439678-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2019.

FRANCO, Pedro Rocha; MANSUR, Rafaela. Taxas de homicídio em bairros de BH evidenciam contrastes. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, agosto/2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/taxas-de-homicidio-em-bairros-de-bh-evidenciam-contrastes-1.2012766>>. Acesso em: 17 out. 2019.

FREIRE, Teresa. (2001). Ócio e tempo livre: perspectivar o lazer para o desenvolvimento. **Revista Galego Portuguesa de Psicologia e Educación**, vol.7, nº5, 345-349. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/61900213.pdf>>. Acesso em 15 out. 2019.

GOMES, Cristina Marques. **Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil:** breve trajetória histórica. Rio de Janeiro, sem data. Disponível em: <[https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos/1-dumazedier\\_e\\_os\\_estudos\\_do\\_lazer\\_no\\_brasil-\\_breve\\_trajetoria\\_historica\\_12.pdf](https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Melly Assbú. (Org). **Sobre lazer e política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65-92.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação.** 10ª ed. Campinas: Papyrus, 2003.

MARX, KARL. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. In: Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. 1 ed. Tradução de José Paulo Netto e Mª Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015. P.391-399.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: **Sobre lazer e política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 136-164.

MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro – Centro de Desenvolvimento Urbano. **Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos**, 1975. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/154370533.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional.** 33ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Caroline et al. **O papel do esporte e do lazer no desenvolvimento do adolescente.** Disponível em: <<https://psicologiaeadolescencia.webnode.com.br/news/o-papel-do-esporte-e-do-lazer-no-desenvolvimento-do-adolescente>>. Acesso em: 03 ago2019.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio.** 3ªd. Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002, p. 7-35.

SILVA, Débora Alice Machado da et al. **Importância da recreação e do lazer.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, Débora Alice Machado da. O lazer como campo: desafios à concretização do direito social em um Brasil “em construção” democrática. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.). **O Direito social ao lazer no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2015.p. 157-182 – (Coleção educação física e esportes).

Titãs. Comida. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas.** Brasil, WEA, 1987.

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. O conceito de “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/São Paulo, **Saúde Soc.** São Paulo, v. 23, n.1, p. 191-203. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00191.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

## APÊNDICE: NOTAS BIOGRÁFICAS

Meu interesse pela educação nasceu ainda na adolescência, quando estudante da escola pública. Naquele momento tive a oportunidade de vivenciar duas formas distintas de educação. Uma, que experimentei a partir dos sete anos, quando entrei para a escola, marcada pela busca da obediência, pela disciplina do corpo e da mente. Nesta escola, só professor tinha voz, tinha razão; aos estudantes cabia obedecer e receber a punição devida diante da rebeldia. Entretanto, aos quinze anos, quando cursava a 8ª série, tive contato com um professor engajado, cuja prática se descolava de tudo que até então presenciara.

Era o ano de 1984, período de grandes dificuldades econômicas no país, o desemprego era uma realidade para muitas famílias. Mas era também uma fase de muita esperança, pois vivíamos o fim da Ditadura Militar e a expectativa de uma nova direção para o país; pautada pela democracia. A discussão da realidade de nosso país, das dificuldades que enfrentávamos em nosso cotidiano, seja na escola, na família e na comunidade passaram a fazer parte de nossas aulas. A educação apresentada por aquele professor nos levava a uma reflexão sobre nosso lugar social, os interesses a ele relativos, bem como nossa responsabilidade enquanto cidadãos na conquista de direitos.

Essa experiência escolar me levou a participar de um grupo de discussão política, no qual conversávamos sobre a conjuntura do país; naquele momento vivendo o processo de redemocratização, as Diretas Já! Discutíamos sobre as nossas dificuldades, a falta de perspectiva para a juventude; assim como sobre a realidade local e como poderíamos interferir nela no rumo de fazer as conquistas necessárias no momento, como a universalização do ensino médio público, a infraestrutura urbana básica etc. Era, portanto, um período de grande esperança, apesar das dificuldades econômicas, do desemprego.

Ao concluir o ensino fundamental, ingressei no Colégio Técnico da UFMG, afinal alcançar logo o mercado de trabalho não era opção, era necessidade. Assim, fiz o curso de patologia clínica e logo comecei a trabalhar. A partir de então, muitas daquelas discussões feitas na escola e no grupo de debates políticos passaram a

fazer sentido em minha vida. O contato com o mundo do trabalho e a permanência no núcleo de discussões políticas aguçaram meu interesse pelo magistério.

Em 1990, dois anos após a conclusão do ensino técnico, entrei para a faculdade, no curso de História. Cursar História fazia parte do meu desejo de entender melhor o processo de constituição das sociedades, principalmente no aspecto das diferenças sociais e, como em alguns momentos grupos oprimidos conseguiram transformar sua realidade. Entender a sociedade e os mecanismos de participação social foram meu foco durante o curso; pois ajudar a construir uma escola capaz de refletir sobre a realidade e interferir sobre ela, foi o que me conduziu para o magistério.

Em 1995, iniciei minha trajetória como professora na rede pública de ensino. Desde os primeiros anos percebi que a complexidade do cotidiano escolar exigia o rompimento com um certo “idealismo ingênuo” que caracterizava minha opção pelo magistério. A escola é um cenário de conflitos, de contradições que revelam o tecido social do qual é fruto. Em seu interior nos deparamos desde a indisciplina, a aparente falta de interesse, a ausência da família até questões que impactam a sociedade como um todo, tais como a intolerância étnica, religiosa, cultural, de gênero, bem como a massificação imposta pelos vários veículos de comunicação e, ainda as interferências externas dos gestores públicos. São normatizações, projetos pedagógicos que a cada ano se avolumam, uma vez que cada novo governo quer imprimir a sua marca, justificando sua passagem política pelo comando da educação. Ademais a presença das novas tecnologias através do computador, da internet e, principalmente do celular (que parece fazer parte do corpo físico dos jovens) tem nos desafiado a encontrar caminhos para lidar com tamanha complexidade. Como, frente a essa realidade, nós, professores, podemos buscar alternativas para reconstruir nossa identidade e construir uma “educação libertadora”, um educação pautada pela escuta das crianças, dos jovens, de suas famílias e da comunidade na qual a escola está inserida?

Outro desafio que se coloca para a escola é a questão de que a educação deve anunciar a esperança. Entretanto, frente a currículos presos a um academicismo, onde a apreensão cognitiva de determinados conteúdos, apesar de toda discussão sobre habilidades e competências, ainda caracteriza nossa realidade

educacional; a escola para muitos estudantes anuncia o fracasso, comunica incompetência. Os boletins estampam uma nota ou conceito baseados em desempenho cognitivo, portanto valoriza-se em especial apenas uma dimensão do desenvolvimento humano. Há que se questionar, até quando outras habilidades ficarão de fora do currículo escolar; até quando o estudante que apresenta habilidades para o desenho, a dança, a encenação, a música, o artesanato; terão que conviver com avaliações que resultam em boletins que lhes anunciam incompetência; uma vez que não olham para o ser de forma unitária, mas o reduzem à dimensão cognitiva.

Estas são algumas interrogações que nos desafiam cotidianamente no interior das escolas, impactando nossa tarefa como educadores.

**ANEXO I: ROTEIROS DE ENTREVISTA SOBRE O CAC**

Faremos uma mobilização para reindicar junto ao prefeito a revitalização do CAC - Centro de Apoio Comunitário, antigo Centro Social Leão. Esta instituição, que se localiza em frente à nossa escola, prestava à comunidade vários serviços, tais como: clube, creche... e hoje está desativada.

Faremos um resgate da história do CAC, para isso entrevistaremos algumas pessoas. Para isso vocês deverão elaborar 5 (cinco) perguntas sobre o CAC que faremos aos entrevistados. Elaborar em folha separada cinco perguntas.

- 1) Como funciona o CAC?
- 2) Você gostava dele?
- 3) Ele funcionava bem?
- 4) Ele ajudava você?
- 5) Como ele era? Ele era cheio?

1. Você gostava do café?

2. Você já frequentou o café?

3. O café era bom?

4. Algum familiar seu era do café?

5. O que você mais gostava no café?

1. Como funciona o cac?

2. qual e o significado do cac?

3. O que fazia o cac?

4. Para que serve o cac?

5. Você que já usou o cac acha que daria certo hoje em dia?

- 1) O que você mais gostava de fazer no CAC?
- 2) Vocês pensam em reformar o CAC?
- 3) Quem cuidava da administração do CAC?
- 4) Como funcionava o clube do CAC?
- 5) Quando o CAC foi fechado? E porquê?

1. Como funcionava o cac?
2. Porquê o cac foi desativado?
3. Como foi criada o cac?
4. Qual será a função do cac?
5. Quanto tempo o cac funcionou?



Prof: Conceição Turmas: 6C

- Roteiro de perguntas para a entrevista.

1- Nome, idade, endereço. Você sabe o que significa cac

2- Que você acha que precisa melhorar no cac?

3- Quais os serviços você já utilizou no cac?

4- Em que ano o cac foi criado?

5- Faça uma descrição dos trabalhos do cac

O que você fazia no Cac?

O que você mais gostava de fazer no cac?

Quais os serviços utilizados no Cac?

O cac ajudava as escolas da região?

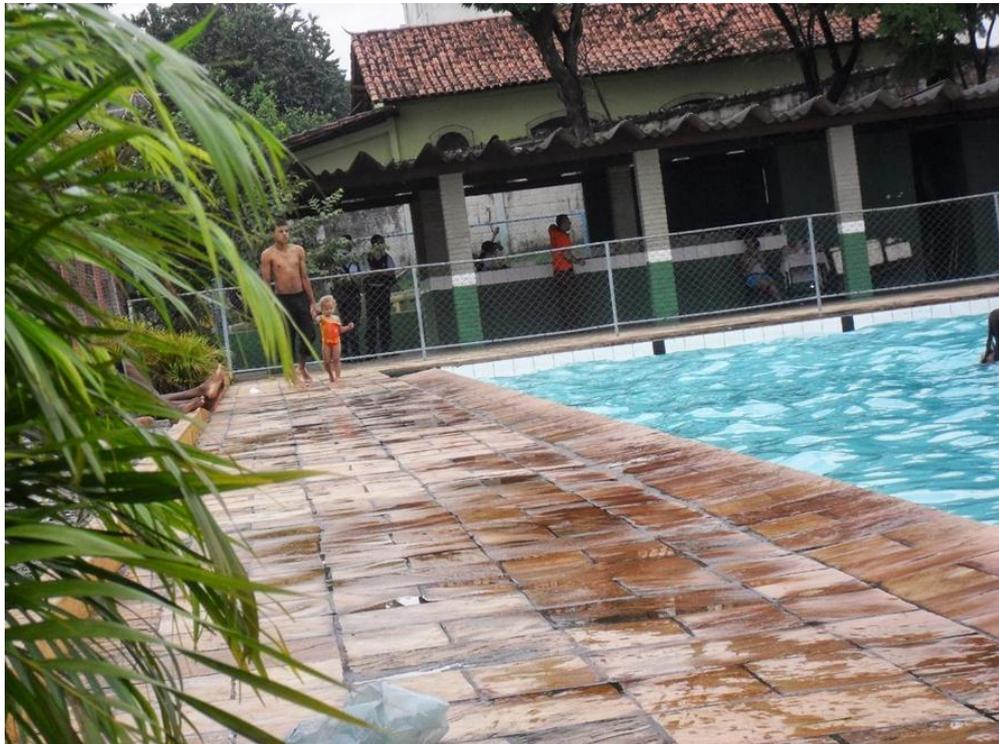
A quantos anos o cac existe?

Turma: 6º B'

## Perguntas

- 1) Muitas pessoas usavam o CAC (ele era muito chulo)?
- 2) Tinha que fazer algum tipo de cadastro?
- 3) A quanto tempo o CAC fechou?
- 4) O serviço do CAC era de graça?
- 5) Havia sanoheteres ou renda de cemitério lá?

## ANEXO II: O CAC EM 2008



Fotos do acervo pessoal da Sr.<sup>a</sup> Raquel Alencar (2008)



Fotos do acervo pessoal da Sr.<sup>a</sup> Raquel Alencar (2008)



Fotos do acervo pessoal da Sr.<sup>a</sup> Raquel Alencar (2008)

**ANEXO III: ENTREVISTA COM A SR<sup>a</sup>. RAQUEL DE ALENCAR**

Entrevista com a Sr.<sup>a</sup>. Raquel Alencar, realizada em 06 de junho de 2019

## ANEXO IV: O CONCEITO DE LAZER

05/08/2019

Projeto CAC - <sup>História</sup> Centro de apoio comunitário

Roteiro (folha separada)

① Leia sua pesquisa sobre a importância do lazer para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Com que você descobriu?

② O que é lazer para você?

③ O que você faz em seu tempo livre?

④ Pense sobre o espaço poderia obedecer a juventude?

⑤ No seu bairro existem espaços públicos de lazer? Quais?

⑥ Você utiliza os espaços públicos de lazer do seu bairro? O que você faz nesses espaços?

① Descubra que o lazer é fundamental para o desenvolvimento do jovem, assim tanto fisicamente quanto socialmente.

② Para mim lazer é diversão, é algo que me deixa feliz

③ Geralmente eu me celularizar quando posso estar jogando no computador

④

## Tarefa individual em folha separada

### Reflexão

1. Reflita a pesquisa que você fez sobre a importância da lazer no desenvolvimento da criança e do adolescente.

O que você descobriu?

Descobri que o lazer não é apenas brincas, mas um um bom jeito de aprender.

2. O que é lazer para você?

Lazer pra mim é um momento de descanço das coisas da escola.

3. O que você faz em seu Tempo Livre?

Mecho no meu celular, leio, durmo, mais com os meus amigos.

4. No seu bairro existem espaços públicos de lazer quais?

Sim, na praça da igreja. Ela é de um tamanho médio, com vários brinquedos de plástico.

5. Você utiliza os lugares públicos de lazer do seu bairro? O que você faz nesses espaços? Se não usa, explique por quê?

Sim, brinco nos brinquedos que lá tem na praça e na bicicleta.

6. Pense no espaço do qual se utiliza sobre o qual tinha naquele espaço?

Vários tipos de lazer como.

## Avanti projeto CAC - Centro de Apoio Comunitário e Cultural (filha separada)

• Relata sua pesquisa sobre a importância do lazer para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O que você descobriu? Eu descobri que é super importante ter um lazer como as que eram oferecidas no colégio tanto para o físico quanto para o social.

• O que é lazer para você? lazer para mim é os jogos e brincadeiras para ocupar o meu dia a dia.

• O que você faz em seu tempo livre? Vejo TV mais na internet e filmes

Assunto: Projeto CAC, Centro de apoio comunitário roteiro  
folha - separada

1) Publique sua pesquisa sobre a importância da lazer para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O que você descobriu

2) O que é lazer para você?

3) O que você faz em seu tempo livre?

4) Pense sobre o espaço do CAC. Na sua opinião o que aquele espaço poderia oferecer à juventude?

5) Na sua cidade existem espaços públicos de lazer? Quais?

6) Você utiliza os espaços públicos de lazer da sua cidade? O que você faz nesses espaços?

Respostas:

1) É um momento de integração com outras pessoas, possibilita o desenvolvimento de seu repertório cultural. Podem desencadear consequências positivas ou negativas, quando é capaz de promover o equilíbrio emocional, estimular a realização de seus objetivos, influenciando no alto conceito e desempenho de seus atos. Sua função de forma negativa, quando este tempo é apropriado de forma não adequada para a sociedade.

2) Lazer é um tempo de folga, descanso, passatempo, distração e entretenimento.

3) Convívio com meus amigos e minha família.

4) Poderia oferecer à juventude a aula de natação, computação, artes.

5) Sim, tem uma praça na parte da minha casa.

6) Sim, utilizo, como exercício físico.

Assunto: Projeto CAC - Centro de apoio comunitário  
Petisco (Folha separada)

1) Pesquisa sobre a importância do lazer  
para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.  
o que você descobriria?

2) o que é lazer pra você?

3) o que você faz no seu tempo livre?

4) Pense sobre o espaço do CAC. Na sua opinião  
o que aquele espaço poderia oferecer à juventude?

Descobrir que o lazer é muito importante para  
o desenvolvimento de crianças e de adolescentes.

2) lazer pra mim é sair pra passear e  
brincar.

3) levo TV.

4) Vou lá a ser clube para toda as  
semanas agente ter o mesmo horário  
mas para ir todas.



## ASSUNTO: Projeto CAC - Centro de apoio comunitário

1. Faça sua pesquisa sobre a importância do lazer para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. O que você acha de recrear?

2. O que é lazer para você?

Ativ. que não

3. O que você faz em seu tempo livre?

Meço no celular

4. Pense sobre o espaço do CAC. Na sua opinião o que aquele espaço poderia oferecer à juventude?

Trabalho, aulas de dança de salão

5. No seu bairro existem espaços públicos de lazer? Quais?

sim. Praças com aparelhos de ginástica

6. Você utiliza os espaços públicos de lazer de seu bairro?

O que você faz nesses espaços?

sim. Eu brinco nos aparelhos de ginástica

### Respostas

1. Eu acredito que o lazer é de extrema importância para o adolescente, ajuda no crescimento e no desenvolvimento psicológico e até mesmo

## Historia

**Assunto:** Projeto cac - centro de apoio comunitário

**Revisão:** (folha separada)

1. Leia suas pesquisas sobre a importância do lazer para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. o que vc descobriu?

R: Que toda criança é obrigada de estudar, praticar esportes e divertir-se, participa da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

2. O que é lazer para vc?

R: É agente descontração, se divertir-se e aproveitar a família.

3. O que vc faz no seu tempo livre?

R: leio livros, faço slime, e vejo youtube, posto foto no instagram e grego vídeos no youtube

4. Pense sobre o espaço do cac na sua opinião o que aquele espaço poderia oferecer a juventude?

R: natação, leitura de livros, artesanato e jogos olímpicos

5. no seu bairro existem espaços públicos de lazer? Quais?

R: Sim uma praquina perto do padaria Hugo e cia e uma perto do posto de saúde da modicidade.

6. Vc utiliza os espaços públicos de lazer do seu bairro? O que vc faz nesses espaços?

R: não utiliza o espaço

**ANEXO V: PROPOSTAS DE OFÍCIOS PARA O PREFEITO DE BELO HORIZONTE**

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PEDRO GUERRA  
Rua João Ferreira da Silva, nº 230, Mantiqueira –Venda Nova

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2019

Ofício nº01/2019

Ilustre Prefeito Alexandre Kalil  
Prefeito do Município de Belo Horizonte

Solicitação

Nós, estudantes da escola Municipal Professor Pedro Guerra, queremos sua atenção para nossa comunidade. Não temos uma área de lazer na região e a única que nos restava está em más condições. Falamos do CAC – Centro de Apoio Comunitário, que foi muito importante para o lazer e o desenvolvimento da comunidade.

O lazer e o esporte são fundamentais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, principalmente hoje em dia, pois as pessoas ficam mais no celular e menos em contato com quem está à sua volta.

Solicitamos a reforma e reabertura do CAC. E temos propostas para reabrir o CAC : ter mais segurança, mais limpeza e higiene, espaço verde, biblioteca, diferentes esportes, lanchonete, cursos para jovens e adultos, tais como dança, música, informática, língua estrangeira, culinária, crochê e outros. Também propomos ter um bazar comunitário em que a comunidade doe roupas, sapatos e outros (em bom estado) para as pessoas que necessitam e que o espaço seja utilizado durante a semana pela escola integrada. E tudo isso para os futuros frequentadores do CAC.

Desde já, agradecemos a atenção.

Estudantes do 6º ano  
Escola Municipal Professor Pedro Guerra

Relatoras:

B1

Ola ~~prefeito~~, nos do pedro Guerra e a comunidade queremos a vouta do cac (Centro de Apoio

Presado prefeito nos alunos do pedro Guerra e a comunidade queremos a sua atesão para o cac, nos principalmente as crianças e adolescente adimitimos que a nossa maioria ~~ficamos~~ fica muito tempo na enternet e isso e prejudicial para a nossa saude poriso queremos a vouta do cac o caque foi ~~o~~ com o tempo esquecido pela prefeitura, lá era o nosso lugar de lazerio que é muito importante para a saude e para o desenvolvimento de crianças e adolescentis. Durante mais de trinta anos o cac servil a nossa comunidade e agora nos hu queremos de vouta nós querimo a vouta: ~~de~~ da piscina, e outras coisas muito importantes

Assunto: Projeto CAC - Escola Municipal Professor Pedro Guerra.

Para Prefeito Alexandre Kalil, nos alunos do Pedro Guerra, solicitamos reforma e a abertura do CAC, tendo mais segurança e controle da entrada tendo quadras, piscina, parque, espaço verde, lanchonetes e aulas de dança. Lhe pedimos realtenção, o que trará benefícios para a comunidade e para todos que participarem. Precisamos daquele espaço como lazer para a comunidade.

Além disso, queremos funcionários e auxiliares para a área de saúde e bem-estar da comunidade. Queremos Academia pública, quadra e capcina. Sempre pensando na nossa comunidade. Lhe agradecemos pela atenção, estamos a espera de um dia em da aproveitarmos os benefícios que o CAC pode oferecer.

19 08 19

D S T Q S S



Para o Prefeito,

Nos estudantes do Pedro Guerra, queremos a sua atenção para nossa comunidade. Não temos uma área de lazer na região, e a única que nos restava está em má condição. Ela está sem utilidade e poderia ser reaberta, mas para isso precisa ser reformada. Precisamos de lazer e diversão, porque a vida não é só estudo e videogame.

Queremos a volta da área de lazer, da creche e da lanchonete. Tudo aquilo que foi tirado. Queremos campos de vôlei, futebol e basquete. Funcionamento na área dos brinquedos, banheiros, cantinas, vestiários e todos os outros. Menos mata e capim. Limpeza em todo o local, fornecendo segurança.

Para os adultos da comunidade poderiam oferecer cursos, hidroginástica e ensino fundamental aos que não sabem ler e escrever.



data 21.08.2019  
S T Q Q S S D

Prefeito Alexandre Kalil há na mesa comunidade um espaço que pode ser reaproveitado. Para oficinas, aulas de natação, aulas diversificadas, aulas de futebol entre outros.

A escola integrada da mesa escola fica no auditório pois não há espaço na mesa escola suficiente para eles praticarem esportes e aulas de oficina.

E entre outras coisas que poderíamos fazer neste grande espaço (abandonado), e acredito que comunidade gostaria.

Desde já agradeço!!!!

Caro prefeito,

É urgente que o senhor leia essa carta e realize esse pedido. Nós gostaríamos que o senhor faça uma reforma e reabra o CAC! O CAC é muito importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O auxílio tanto o físico como o social proporciona o alívio das tensões individuais e dos problemas sociais.

A prática de esportes é importante para um bom desenvolvimento físico, já que contribui para o equilíbrio da ingestão e do gasto de calorias e para diminuir a predisposição a doenças.

Obrigada pela atenção.

Ass: GA

**ANEXO VI: REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO OFÍCIO FINAL  
PARA O PREFEITO**



Reunião da comissão de elaboração do ofício final para o prefeito

## ANEXO VII: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO

Ao longo do ano nos mobilizamos para reivindicar da prefeitura municipal de Belo Horizonte a reforma e revitalização do CAC, um equipamento público fundamental para nossa comunidade. Nossa escola foi recebida pelo prefeito Alexandre Kalil, que se comprometeu a fazer a reforma e devolver à comunidade esse espaço, que por mais de três décadas havia servida a essa comunidade com vários serviços.

- 1 Você participou do encontro com o prefeito, representando toda a comunidade. Como você se sentiu diante do prefeito, sabendo que estava ali em nome dos estudantes da Pedro Guerra e de toda a comunidade?
- 2 Você consegue estabelecer alguma relação entre a ação desenvolvida durante o ano, para construção da proposta de reforma e revitalização do CAC e o encontro com o prefeito para apresentar-lhe a reivindicação, com as ideias de participação política e de cidadania?

1 Me senti privilegiada em estar diante o prefeito, mas com responsabilidade estar em nome de todos e de ter que pensar no bem estar de toda comunidade e do Pedro Guerra.

2 Sim. Leia com a politica, pois tentamos reabrir para a comunidade e como cidadania; pois fizemos como cidadãos querendo para a gente e a comunidade, para o lazer de todas as idades

## Minha experiência

Quando recebi o convite e soube que iríamos participar de uma reunião com o prefeito Alexandre Kalil para pedirmos a reforma do CAC (Centro de Apoio Comunitário), fiquei muito feliz e me conscientizei que era algo muito importante a ser feito, pois a comunidade necessitava dessa obra e estava em nossas mãos a missão de representá-la.

Essa experiência juntamente com a direção e colegas de escola, me leva a pensar como é importante o nosso papel na sociedade e a união e a força de vontade faz a diferença. Saímos da reunião com o prefeito satisfeitos e com sentimento de dever cumprido.

E agradeço a todos por essa oportunidade e é bom saber que o prefeito nos recebeu bem, ouviu as nossas necessidades e prometeu nos ajudar. Mas sabemos que temos que preservar, pois é nosso!

Ao longo do ano nos mobilizamos para reivindicar da prefeitura municipal de Belo Horizonte a reforma e revitalização do CAC, um equipamento público fundamental para nossa comunidade.

Nossa escola foi recebida pelo prefeito Alexandre Kalil, que se comprometeu a fazer a reforma e devolver à comunidade esse espaço, que por mais de três décadas havia servido a essa comunidade com vários serviços.

Você participou do encontro com o prefeito, representando toda a comunidade. Como você se sentiu diante do prefeito, sabendo que estava ali em nome dos estudantes da Pedro Guerra e de toda a comunidade?

Você consegue estabelecer alguma relação entre a ação desenvolvida durante o ano, para construção da proposta de reforma e revitalização do CAC e o encontro com o prefeito para apresentar-lhe a reivindicação, com as ideias de participação política e de cidadania?

Ao longo do ano toda a 6ª série da manhã esteve ocupada com um projeto para a revitalização do CAC, esse projeto foi iniciado pela nossa querida professora Conceição, onde toda a turma conheceu o histórico do CAC e se interessou pelo projeto. Depois que toda a turma conheceu o histórico do CAC a professora escolheu algumas alunas da 6ª série, para escrever uma carta para o prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil. Essas alunas também foram escolhidas para representar a escola Pedro Guerra em uma reunião com o prefeito, eu fui uma das escolhidas.

### O que eu achei

Foi incrível nunca imaginei que estaria diante de uma pessoa tão importante, representando mais de 1.000 pessoas.

data 29.09.2019

S T Q Q S S D

Pois, Para mim acredito para todas as meninas que participaram que foi uma experiência incrível pois foi uma coisa que não só beneficia a gente mais sim outros também. Posso falar por mim que foi muito bom pois aprendemos muitas coisas como, não devemos pensar na gente mais para comunidade. E até hoje não acredito que apresentamos esse projeto tão lindo para o prefeito Alexandre Kalil.

E queria agradecer muito a professora Conceição pela confiança.

**ANEXO VIII: O ENCONTRO COM O PREFEITO MUNICIPAL ALEXANDRE KALIL**

Fotos cedidas pela fotógrafa da PBH, feitas em 24 de setembro de 2019.



Fotos cedidas pela fotógrafa da PBH, feitas em 24 de setembro de 2019.